

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 83.ª Sessão Ordinária
Realizada em 16 de Junho de 1971
(Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, António Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, António Belinati, António Lopes Júnior, António Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadei, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os srs. deputados: Arizone Araújo, David Federmann, Fuad Nacli e Nivaldo Krüger (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, tendo em vista a relevância da matéria contida no Substitutivo e Emenda da Comissão Executiva ao Projeto de Resolução n. 17-69, requer adiamento da discussão do referido projeto, pelo prazo de cinco dias.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, com referência ao Projeto de Lei n. 104-70, de autoria do deputado Paulo Poli, que cria a Inspeção Regional de Ensino

em Arapongas, tendo em vista tratar-se de matéria essencialmente técnica, que tramita já em segunda discussão sem que o órgão especializado tivesse sobre a mesma se pronunciando, requer adiamento da discussão, a fim de ser colhido o parecer técnico da Secretaria de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Muggiati Filho.

JUSTIFICAÇÃO: — A diligência solicitada tem por escopo evitar futuro veto governamental, sob o fundamento de não ter sido ouvida a repartição interessada, a quem cabe dizer da validade concreta do projeto, como já ocorreu, recentemente.

Data supra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O signatário do presente, Deputado estadual com assento nesta Casa, respeitosamente, expõe e requer o seguinte:

Em data de oito de junho do corrente, na cidade de Arapongas, quando fazia entrega a domicílio, de móveis adquiridos em sua loja, sita à Avenida Arapongas, 102, o sr. João Lázaro teve sua camioneta apreendida por um funcionário da Secretaria da Fazenda e um elemento da Polícia Militar do Estado, ambos de Londrina, operando naquela cidade.

2. — Como o comprador, por um descuido, havia deixado a nota fiscal nos balcões da loja, o policial obrigou o motorista a acompanhá-lo ao 18.º Distrito Fiscal e ali recolher Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) de multa sobre uma nota de venda de Cr\$ 61,00 (sessenta e um cruzeiros), que havia sido regularmente extraída.

3. — Ciente do que se passava, o sr. João Lázaro levou àquele Distrito Fiscal os comprovantes da extração da respectiva nota fiscal, justificando o lapso ocorrido mais por descuido do comprador.

O soldado da Polícia Militar, entretanto, não permitiu sequer a intervenção do Chefe daquele Distrito Fiscal, já que o Agente fiscal não acompanhava a diligência, deixando de comparecer àquela repartição, onde, deveria ser recolhida a mercadoria, se fôsse caso de apreensão da mesma.

E, ante o policial, o comerciante foi coagido a recolher a multa, sendo-lhe negado qualquer recurso.

4. — Segundo dispõe o parágrafo 4.º do art. 60, da Lei n. 5.463, de 31 de dezembro de 1966 — “as mercadorias apreendidas ficam à disposição do Chefe da repartição fiscal por onde correr o respectivo processo e poderão ser por este liberadas em qualquer fase processual, mediante a satisfação pelo interessado, das exigências determinantes da apreensão, ou desde que apresentada fiança ou garantia bancária suficiente para atender ao pagamento do imposto e penalidade a critério do chefe da repartição”.

5. — Como tais fatos pareçam constituir frontal infração à letra f, do artigo 4.º, da Lei n. 4.898, de 9-12-65, que regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, pede, com aprovação do Plenário, seja o presente encaminhado ao exmo. sr. Secretário da Fazenda, para os devidos fins de direito, especialmente, a fim de que S. Exa. se digne ordenar as medidas administrativas adequadas e urgentes, que visem por fim imediato a diligências fiscais-policiais de tal ordem.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente requerem, seja enviado ofício ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que autorize com a máxima urgência, a proceder reparos na estrada asfaltada de Maringá a

Umuarama, reconstrução de um aterro na referida estrada, localizado na entrada da cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.971.

(aa) Marciano Baraniuk. — Ovidio Franzoni.

JUSTIFICATIVA: — O aterro acima citado, está em péssimas condições, isto desde Dezembro de 1.970, quando sofreu seus primeiros danos provocados por erosão.

No referido trecho, os desastres automobilísticos ocorrem seguidamente, e para que não continuem, solicito para que, com urgência, seja executado o reparo no referido trecho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer, sejam encaminhados ofícios à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura (SEC), ao Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE), e à Fundação de Ensino do Paraná (FUNDEPAR), a fim de que se proceda conservação e melhorias imediatas, no Grupo Escolar Eleodoro Ebano Pereira, da cidade de Cascavel, em razão do estado lastimável em que se encontram as instalações daquele estabelecimento de ensino primário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA: — Tal solicitação, prende-se ao fato de havermos recebido comunicação do Prefeito daquele município e da Inspetoria Regional de Ensino daquela região, dado ao estado lastimável e de perigo iminente de desabamento em que se encontra aquele Grupo Escolar, apresentando grandes rachaduras em suas paredes, com o comprometimento de sua estrutura, o que vem colocando em risco a vida de crianças que buscam naqueles bancos escolares, os primeiros caminhos do aprendizado.

Nossa solicitação é também formulada, em razão de que, em ocasião anterior, mais precisamente no mês de fevereiro, terem sido aqueles órgãos da administração pública, comunicados através de expediente, que lhes foi enviado pela Inspetoria Regional de Ensino da região, sem que tivessem sido adotadas providências de saneamento do problema até o dia de hoje.

A fim de que se ressalve nossa responsabilidade, como igualmente daquelas autoridades do município de Cascavel, e para que não sejamos acusados de omissos, fazemos através do presente requerimento o devido alertamento àqueles órgãos executivos da administração estadual, para que sejam procedidos tais reparos, antes que uma tragédia venha enlutar dezenas de lares daquele município.

São aproximadamente 1.200 os alunos que recebem ensinamento naquele estabelecimento do ensino primário, e que, presentemente se encontram em estado de perigo constante.

É função nossa o alertamento, é função da administração pública estadual a sua execução.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 103-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, município de Piraquara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA: — A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais com sede própria, doada pelo Comendador Umberto Scarpa, vem desde 27 de março de 1943, data em que foi fundada, prestando relevantes serviços de assistência à Maternidade e à Infância, na localidade de Pinhais, município de Piraquara.

Para isso, anexamos o novo Estatuto da Entidade, bem como o "Diário Oficial" com a publicação da Ata.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de Utilidade Pública a referida Associação, para o que contamos com o apoio dos nobres Deputados, com assento nesta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N.º 104-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem-Estar do Menor, (FUNDABEM), com sede na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA: — A Fundação Patobranquense do Bem-Estar do Menor "FUNDABEM" é a única Instituição no Sudoeste paranaense que vem há algum tempo dando total assistência ao menor desamparado, com isso evitando o deslocamento de centenas de crianças para a Capital, o que viria causar um sobrecarregamento à Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Inscritos para o Pequeno Expediente os srs. deputados Paulo Poli e Antônio Belinati, que declinaram da palavra.

Concedo a palavra ao sr. deputado Xenofonte Villanueva, terceiro orador inscrito.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Comparecemos, ontem, por delegação da Presidência da Casa, ao I Encontro Turístico do Litoral Paranaense. Comparecemos junto com o nobre deputado Rosário Pitelli, a essa promoção que foi realizada pelo editorial turístico numa demonstração do interesse do nível dos debates que se processaram. Naquela oportunidade, verificamos as presenças dos srs. Secretários do Interior e Justiça e de Segurança Pública. Estiveram presentes também o sr. Yves Chevalier, presidente da PARANATUR e representantes do sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, da COPEL, prefeitos da orla, empresários e outras autoridades.

Essa promoção, esse encontro turístico do litoral paranaense foi uma promoção da editora das "Folhas de Londrina" que está sob a responsabilidade do sr. José Brandão da Silva e do Diretor da Sucursal de Curitiba, Uvaldo Siqueira.

A promoção realizada por esses órgãos de imprensa é uma demonstração clara e viva não só do interesse da imprensa do Estado do Paraná, como especialmente, de todos os setores da opinião pública, na ampliação do turismo no Estado do Paraná.

Infelizmente não tivemos oportunidade de participar dos debates que ali se travaram durante todo o dia, porque chegamos na oportunidade do

cock-tail. Ouvimos as palavras dos líderes da orla marítima que demonstraram o interesse e a oportunidade para que o Governo de nosso Estado cêhe com maior carinho para aquela região, a fim de que ela possa, com a pujança que possui, com a beleza de suas praias, atrair todos os paranaenses.

Somos portadores, nesta oportunidade, das conclusões do Encontro, que passaremos a ler:

1) Necessidade de modificação do índice do Fundo de Participação dos Municípios, de maneira que seja êle calculado sobre a população flutuante (e não sobre a fixa), no que diz respeito aos municípios turísticos. Moção à Câmara Federal, encarecendo tal necessidade.

2) Melhoria do índice de participação no ICM por parte dos municípios turísticos, uma vez que nestes a renda proveniente do ICM se verifica em apenas três (3) meses do ano, resultando numa participação de apenas 25% por parte dêsses mesmos municípios.

3) Definição de "Município Turístico". Gestionar no sentido da tramitação de projeto nesse sentido, já apresentado à Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, pèdiria a V. Exa. que solicitasse aos srs. Deputados mais silêncio, para que possamos ouvir o orador.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar as campainhas) Está com a palavra o deputado Xenofonte Villanueva. Atendendo questão de ordem do deputado Belinati, esta Presidência apela aos srs. Deputados que façam um pouco mais de silêncio, para que o orador possa concluir seu raciocínio.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Agradeço a solicitação do deputado Antônio Belinati, que demonstra o interesse com que está ouvindo minhas palavras e as conclusões do 1.º Encontro Turístico do Litoral Paranaense, promoção do jornal "Fôlha de Londrina".

Continuando a leitura das conclusões, temos:

4) Apelo aos empresários no sentido de se fomentar uma política estadual de turismo, mediante a aplicação de capitais paranaenses em nosso próprio Estado.

5) Instalação de um aquário em Matinhos, para exploração pela Prefeitura dêsse Município.

6) Conclusão efetiva da estrada Antonina-Guaraqueçaba.

7) Preservação do Patrimônio Histórico do Litoral — berço da civilização paranaense, — a fim de que não seja êle inteiramente mutilado ou dizimado.

8) Asfaltamento da estrada São João - Antonina.

9) Constituição de um Consórcio de Desenvolvimento Turístico do Litoral Paranaense, congregando autoridades e representações clássistas e culturais da orla marítima paranaense.

10) Estrada de Pontal do Sul. Definição do traçado e pavimentação entre a PR-53 e o Balneário.

11) Política fiscal de incentivo. Isenção de impostos municipais a hotéis, clubes e restaurantes e facilidade de construção de obras.

12) Criação de um Museu Histórico na Casa de Rocha Pombo (Morretes). Lápides indicando onde repousam o historiador Rocha Pombo e o poeta Silveira Neto. Restauração da centenária Igreja de São Benedito, cuja construção remonta ao ano de 1963.

13) Oficialização da Festa da Mimosa, em Morretes.

14) Ligação asfáltica entre a Estrada da Graciosa e a BR-277.

15) Solução para o problema de água (Guaratuba e Matinhos-Caiobá) e saneamento (todo o litoral).

16) Melhoria do policiamento preventivo nas praias.

17) Melhor iluminação pública. Tarifas de acôrdo com o consumo, sem taxas de demanda.

18) Pavimentação da rodovia Guaratuba-Garuva.

19) Conclusão e embelezamento do aeroporto de Guaratuba.
20) Remessa das conclusões do I Encontro Turístico do Litoral do Paraná ao senhor Ministro da Indústria e Comércio, ao senhor Governador do Estado do Paraná e ao senhor Presidente da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR.

Sr. Presidente, srs. Deputados. Após ler e verificar o carinho com que foram elaboradas as conclusões do 1.º Congresso Turístico do Litoral Paranaense, desejo solicitar a esta Casa, após ouvido o Plenário, sejam as conclusões do 1.º Encontro Turístico do Litoral Paranaense encaminhadas à Comissão de Turismo, a fim de que a mesma elabore um trabalho a respeito.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o quarto orador inscrito, no Grande Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Temos visto em manchetes nos principais jornais do país a preocupação de grande parte da imprensa mundial com relação a lei, hoje famosa, de S. Exa. o sr. Presidente da República, sobre as 200 milhas marítimas.

Tivemos, também, conhecimento de uma nota emitida pelo Itamarati a qual dizia que o problema deve ser abordado com certa delicadeza porque o Governo não pretende, sob paixões ou pressões, abordar assunto tão delicado e tão importante.

No entanto, sr. Presidente, srs. Deputados, de uma semana para cá temos lido e ouvido tudo que diz respeito a essa lei que julgamos de suma importância, eis que está em jogo, srs. Deputados, a própria soberania nacional.

Muito embora já tenha esta Casa votado requerimento de autoria de eminentes Deputados do MDB com adendos de Deputados da bancada da maioria, tenho certeza que matéria de tão importância não obedece os limites partidários, porque é de interesse de todos os paranaenses e de todos os brasileiros estudar, acompanhar e aplaudir o Presidente da República pela maneira firme como se tem conduzido diante do impasse que surgiu com ameaças, até de represálias por parte de parlamentares americanos, represálias estas que iriam atingir o mercado de nossos principais produtos de exportação que são o café e o açúcar.

Tenho a impressão, sr. Presidente, srs. Deputados, que as autoridades americanas, os homens que, realmente, ocupam posições de alta responsabilidade, que sempre olharam para nosso país como seu grande aliado, haverão de entender a atitude do sr. Presidente da República, pois no que tange à soberania e à independência de um país não se admite, em hipótese alguma, represálias.

Neste instante, gostaria de deixar aqui registrada a minha opinião com relação a essa iniciativa que só poderia ter partido de maus americanos, de maus parlamentares que, como tem em todo o mundo, pretendem confundir, agitar e ameaçar. A iniciativa desses dois parlamentares foi no sentido de aconselhar o Governo americano a adotar medidas de represálias contra nosso país quando pretende defender essa lei das 200 milhas, no que tange ao serviço de proteção de nossa indústria pesqueira, eu tenho a impressão, srs. Deputados que aqueles parlamentares estão falando por conta própria. E assim é, que entendo que S. Exa. o sr. Presidente da República, está muito certo, intransigentemente, ele defende aquilo que acha justo, patrulhando os nossos mares em defesa de nossos pesqueiros e de nossa indústria pesqueira.

Iria além, sr. Presidente e srs. Deputados, entendo que o Brasil, como um grande país da América do Sul, deveria preocupar-se não somente com as 200 milhas marítimas do Brasil, mas procurar também estender tanto quanto possível, aos países que compõem a América do Sul, as 200 milhas. Porque somente dentro desta forma, de um princípio de direito e de justiça, de soberania nacional para a defesa dos povos naquilo que é mais legítimo,

que a nossa tese poderia ir avante. Assim é, sr. Presidente e srs. Deputados, que estamos elaborando um trabalho cuidadoso, para em uma oportunidade assumirmos a tribuna, e encaminharmos à apreciação desta Casa, requerimento, que uma vez aprovado, daria origem a expedientes, encaminhados ao Chefe da Nação com todo amor, com todo aplauso que merece o nosso Presidente, neste momento difícil, diante deste impasse, mas dentro desta linha de considerá-los. Como dissemos, este assunto, que merece a nossa atenção, já de há muito tempo, nós chegamos a conclusão que as próprias autoridades americanas talvez, não estejam empenhadas em represálias, o que não seria admissível, o que nós também não poderíamos admitir. Mas o que ocorre, srs. Presidente, srs. Deputados, é que estamos agora em vésperas de uma grande safra cafeeira que somente grupos americanos, grupos interessados em uma guerra psicológica que venha prejudicar o preço do osso principal produto de exportação, estes sim, estariam pagando aos jornais para que criem este clima de inquietação o que faz com que o nosso principal produto oscile para baixo, facilitando com isso, a sanha dos exploradores no mercado do café. Quero atribuir que talvez seja esta a tática usada por aqueles grandes comerciantes, por elementos componentes de grandes grupos econômicos que têm inclusive, se interessado nesta guerra fria, e aí então, segundo conclusões minhas, está o ponto nevrálgico desta questão.

O sr. **Maurício Fruet** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Fedimos o aparte rapidamente, para nos congratularmos com V. Exa. por ocasião do segundo item do discurso pronunciado por V. Exa. na tarde de hoje, com relação às discutidas 200 milhas marítimas. Quando V. Exa. disse que havia necessidade de todos os países da América do Sul se unirem para dar a extensão de 200 milhas territoriais, num trabalho que deverá ser liderado e coordenado pelo Brasil, feita esta observação portanto, é que V. Exa. toca no problema "café". Gostaria de lembrar a V. Exa. que entende bastante do assunto, que recentemente, apresentamos nesta Casa, um requerimento dirigido ao sr. Presidente do IBC e ao sr. Ministro da Indústria e Comércio, solicitando de Ss. Exas. que no propalado plantio de café no Estado de Pernambuco não se utilizasse de recursos da autarquia, oriundos dos Estados produtores de café, no caso, específico, o Paraná, maior produtor do café no Brasil.

E ontem os jornais noticiaram também, e hoje novamente, que o Estado de Pernambuco recebeu do IBC dois milhões e quinhentas mil mudas de café. Está errada esta política; vem em desencontro dos interesses econômicos do nosso Estado; vem em prejuízo do Paraná que arca com o ônus de manter a autarquia, o Instituto Brasileiro do Café, mas que no entanto não recebe deste Instituto a atenção devida. E em consequência esse Instituto ao invés de fornecer ao Paraná condições para que se melhore a qualidade, para que se aumente a quantidade, vai dar dinheiro paranaense para que se implante em outros Estados da Federação esta melhoria.

É preciso que esta Casa tome consciência do fato; é necessário que cada um dos srs. Deputados, que sabem que o café representa 45% da arrecadação estadual, participe ativamente desta luta que não é regionalista, é uma luta que visa apenas o nosso interesse, não em detrimento de outros irmãos de outros Estados, muito pelo contrário. O que nós desejamos é aquilo que é de nosso inteiro direito. O que nós desejamos é que o IBC dê ao Paraná, as necessárias condições para que se melhore a qualidade do nosso produto e que o dinheiro paranaense seja reaplicado no Paraná. Era o aparte. E perdoe-me o nobre Deputado ter-me alongado tanto.

O sr. **PAULO POLI** — Pelo contrário, o aparte de V. Exa. veio exatamente ao encontro do nosso raciocínio. V. Exa. abordou com bastante propriedade um assunto que iríamos abordar, talvez não com tanto conhecimento. Mas iríamos fazê-lo como V. Exa. neste aparte está fazendo. E diria mais, nobre Deputado, dentro deste espírito do raciocínio de V. Exa., que tenho já esboçado um requerimento que submeterei à apreciação desta Casa, no mo-

mento oportuno, — porque o trabalho é delicado e demanda estudo profundo; e neste requerimento eu pretendia — como vê V. Exa., tem razão, sugerir a S. Exa. o sr. Presidente da República — que é louvável a determinação de atender esses Estados do Norte, notadamente Pernambuco, num estímulo a plantação do café; só, que vejamos, nobres Deputados, nós estamos de pleno acordo, com recursos do IAA, Instituto do Alcool e Açúcar, porque existe um Instituto para o qual o Estado de Pernambuco, contribui. Dentro do próprio raciocínio que preocupa o próprio Ministro da Agricultura, da diversificação da lavoura, com dinheiro destes produtos, o Governo pode, lançando mão neste setor destes recursos, estimular o plantio do café. Até aí estamos de pleno acordo. O que não se justifica, é que se lance mão de recursos do IBC, para estimular o plantio do café em Estados que não contribuem para isso.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, gostaria de deixar aqui minha opinião sobre o problema que V. Exa. com tanta propriedade está abordando. Não resta dúvida, que quando se instalou a Revolução brasileira, todos nós nos enchemos de esperanças. E vemos que se concretizou esta esperança, quando terminou a indústria da seca do Nordeste. Porém, o que estamos observando, que parece que aquele espírito que motivava a indústria da seca, se renova hoje, através da indústria de incentivos; incentivos fiscais que nós consideramos justos; porém, incentivos através do IBC, nós não compreendemos e não justificamos. E isto gostaria de deixar consignado porque se o IBC está deslocando para aquela região tão grande volume de mudas de café, caberia saber qual a maneira pela qual as mudas vão ser pagas e de onde são provenientes; feitas essas mudas com dinheiro de que origem. Isto para que não tenhamos que criticar o hábito da indústria fantasma, que era, no passado, a indústria das secas e que poderá ser, daqui para a frente, a indústria dos incentivos à cafeicultura daquela região.

O SR. PAULO POLI — Disse bem V. Exa. Nós havemos de convir e devemos nos curvar até, nobre deputado Xenofonte Villanueva, diante da inteligência impar de nossos homens. Lídimo representantes dos Estados nordestinos, porque o que temos observado é que, graças à liderança, à capacidade, à inteligência e à cultura daqueles homens do Norte, as crises são até, às vezes, geradas facticiamente e recursos são enviados, às vezes, no intuito de servir e atender, mas quantas vezes isto é feito graças à habilidade, à capacidade e à sagacidade de nossos irmãos do Norte.

V. Exa. tem razão em fazer esta observação. Porque na sugestão que queremos fazer, através de requerimento, iríamos de certa forma admitir que o IBC mandasse para lá essas mudas, mas que fôsse reembolsado pelo Instituto Brasileiro do Açúcar, porque esse Instituto não tem deveras, não tem maneira de atender aquela região.

O sr. Xenofonte Villanueva — Se no passado, no Nordeste existia o colonialismo político, não devemos permitir que possa lá ser estabelecido o colonialismo econômico, através da destinação de privilégios excessivos àquela região.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Paulo Poli, o nosso aparte visa corroborar o ponto de vista do aparte do deputado Xenofonte Villanueva, acrescentando que nós entendemos que o problema focalizado é oriundo da política financeira do Ministério da Fazenda e consequente, talvez, da crise de preços do café, que do fim do ano até o presente momento teve uma baixa de 30 a 40 cruzeiros por saca, proveniente do fato de ter o Ministério da Fazenda escordido dos comerciantes e exportadores de café que a exportação de café feita no País, que bateu o record, era proveniente de café que o Governo estava pagando para sustentação da política de preços posta em prática pelo Ministério da Fazenda. Era fictícia. É nosso aparte de colaboração, porque entendemos que

esta política que está sendo posta em prática pelo IBC tem suas origens nesta política financeira do Ministério da Fazenda.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acrescentaria mais às ponderações dos deputados Xenofonte Villanueva e Muggiati Filho de que nós respeitamos e fazemos questão e temos o maior prazer e a maior satisfação de que se promova o desenvolvimento de todos os Estados brasileiros. Porém, o que não podemos concordar, e os srs. Deputados representantes, nesta Casa, do Norte, sabem perfeitamente o drama dessa região, os "boia fria", que vivem em extremas dificuldades e nas mesmas condições dos povos subdesenvolvidos. É para aquela região que o IBC deveria olhar. Porque se o IBC é forte, hoje, é graças à pujança da agricultura do Norte, notadamente, o café. O que o IBC deveria fazer era diversificar a agricultura, melhorar os cafeeiros, dar condições ao Paraná de produzir mais e melhor café.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, como vê V. Exa., o assunto é um tanto quanto complexo. E para ilustrar, relembrei o que já em outras ocasiões, sobre a importância da agricultura no setor do café para nosso Estado.

Veja, nobre Deputado, que o setor que ocupa mais mão de obra agrícola é a cafeicultura, onde milhares de famílias se encontram empregadas, recebendo, anualmente, pelo quanto de café que trata. Então, veja V. Exa., o drama social que poderia advir com um colapso na cafeicultura. O problema é delicado e, muitas vezes, explorado pelos países importadores de café, principalmente, os Estados Unidos.

Uma fazenda de tamanho médio, nobre Deputado, abriga dezenas de famílias. Essas famílias se ocupam da lavoura do café em um período do ano, e nessa oportunidade, todos os membros da família são convocados para a colheita do café. Nos demais períodos do ano, esse café, com duas ou três carpas, se mantém. Então, essa mão de obra que sobra é usada para culturas intermediárias, como feijão, soja, que são culturas feitas paralelamente, na própria lavoura de café. Pequenas criações também são atendidas pelos colonos.

E o que é mais sério, nobre Deputado, e digo isso com conhecimento, porque já fui um dos primeiros formadores de fazenda de café, em Campo Mourão, é que essas famílias, na parte mais baixa do terreno, que o colono chama de "terra solta", aproveitam para plantação de milho e cereais para sustento dos colonos.

Então, nobre Deputado, como vê V. Exa. quantas consequências desastrosas pode trazer uma crise dessa natureza.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou ouvindo atentamente o discurso de V. Exa. que é de vital importância. Entendo, nobre Deputado, que o responsável, em parte, por essa crise, é o Governo federal. Porque, esta, nobre Deputado, é a mais grave crise e a mais impressionante, que atravessamos.

Desde setembro do ano passado, o Governo federal, através dos cafeicultores, está sendo alertado quanto à política errônea que vinha adotando no setor do café. Mas os reclamos não eram ouvidos. E cada saca de café dá dois cruzeiros e pouco de comissão, mensal, é mercado especulatório. Entretanto, como prevíamos, essa derrocada veio dia após dia. E hoje, decorridos sete ou oito meses, daquela ocasião, comerciantes de café estão numa situação simplesmente insustentável. Por que razão? Porque se venderem têm um prejuízo que não têm com o que pagar.

Cito para V. Exa. um exemplo de Paranaguá. Um cidadão, de origem portuguesa, chamado Alberto Ferreira dos Santos, cidadão estimadíssimo em Paranaguá, porque mensalmente destinava às instituições de caridade 30 milhões de cruzeiros, ou 30 mil cruzeiros, para as classes menos favoreci-

das. Construiu dois grupos escolares. Enfim, era um cidadão dadivoso. Tinha dois aviões, inclusive.

Vendeu seu avião, vendeu seu hangar em Paranaguá, vendeu seus apartamentos, vendeu tudo e está praticamente em situação de insolvência, porque, como um expert em assuntos de café, na ocasião fez reclamos, solicitações, reuniões no Centro Comercial de Paranaguá. Nada conseguiu e, hoje, ele, tem uma situação, não digo de penúria, mas em relação ao que tinha, é um miserável.

Entendemos que o drama social que atravessa nosso País, notadamente nos portos cafeeiros, nos portos exportadores de café, é em consequência da política errônea. Hoje, reconhece o sr. Mario Pratini de Moraes, quando vem asseverar que está interessado em antecipar o preço do café. Isso, não para salvar os detentores da posição de um caos, mas para suavizar a posição deles.

O discurso de V. Exa. merece ser ouvido com muita atenção, porque é o mais grave problema que o Brasil já atravessou, porque o café é a viga mestra da Nação e se encontram os cafeicultores num clima de desespero em função dos preços aviltados que são verificados.

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado Nelson Buffara, V. Exa. abordou bem a situação de um patriota que milita com café, na sua comercialização. Nessa área, como V. Exa. bem diz V. Exa. ocorrem casos dolorosos, como o que V. Exa. citou.

Há poucos dias desta tribuna, em um paralelo, lembrava-me do que ocorre com o pequeno produtor de café, o pequeno sitiante, que tem pequena área. Antigamente, nobre Deputado, quando abríamos fazendas em Campo Mourão, há 15 ou mais anos, nós observávamos em Cornélio Procopio, onde residíamos, que os colonos, os pequenos proprietários, os pequenos sitiantes possuíam suas charretes, seus cavalos. Essa condução, esse veículo, servia para suas compras, para levar seus filhos à escola, e vemos, com tristeza que isso, de uns tempos para cá, já não é mais propriedade daquela gente humilde. Tiveram que se desfazer da charrete, do animal, de sua criação; e como se não bastasse, os colonos que andavam de sapatos, hoje andam de alpargatas ou descalços.

O nosso colono, hoje, é um verdadeiro indigente, é um maltrapilho que luta antes do amanhecer do dia, até à noite, derramando seu suor, arrancando da terra o pão para seus filhos. Esse homem não tem um sapato, não tem duas camisas, não pode trocar de roupa.

Vejam que doloroso é esse quadro. É o drama social do café e quais as consequências que advirão, se essa política continuar nessa direção, nós não sabemos.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com relação às críticas que foram feitas pelo nobre deputado Nelson Buffara ao Governo e ao Ministro da Fazenda responsabilizando-os pelos desacertos da política cafeeira, gostaria de declarar que não posso partilhar deste ponto de vista de S. Exa. especialmente por uma razão — Se existe culpa do Governo federal e do Ministro da Fazenda culpa também existe de todos nós, principalmente daqueles que estão na vida pública.

O que se observa neste país é a falta de agressividade política por parte do Paraná — não é de hoje, isto já vem de há muito tempo. — Não temos, sendo nosso Estado um dos maiores produtores de café do Brasil, na Presidência do IBC, um paranaense. O Banco Central, o Banco do Brasil na 6a. Região foi dado a alguém do Rio Grande do Sul, quando esta região tem jurisdição sobre o Paraná e Sta. Catarina. Não vamos reclamar o acerto dessas medidas, mas vamos reclamar uma participação maior do Paraná no Governo federal porque somente desta maneira é que teremos quem possa defender o Paraná lá fora.

O que ocorre com o Paraná é um fenômeno muito interessante. Para

todo o Brasil vendemos a imagem do Paraná como um Estado rico; esta imagem conhecida em todo o País, o Paraná é rico, não precisa de nada e de ninguém, seus filhos vivem bem e com a maior das farturas. Este era o Paraná que conheci há vinte anos, que os senhores conheceram há quinze, há vinte anos atrás. O Paraná de hoje não é mais aquele em razão das geadas sucessivas e dos problemas criados pelo confisco cambial, pelo preço que não está a acompanhar o alto custo de vida. Nosso Estado não é mais rico, é um Estado cheio de dificuldades. Vemos aqueles que trabalham na lavoura batendo nas Santas Casas, nos postos assistenciais pedindo e implorando proteção e amparo para seus problemas.

Este o aparte que queria dar a V. Exa.

O sr. **Maurício Fruct** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PAULO POLI — Se V. Exa. concordar responderei ao aparte do deputado Xenofonte Villanueva.

V. Exa. disse que o deputado Nelson Buffara estava criticando e que V. Exa. não concordava com o ponto de vista daquele Deputado no que tange às críticas construtivas feitas ao Governo federal e ao Ministro da Fazenda. No entanto, durante o seu aparte admitiu V. Exa. que muita coisa há de errado concordando, então, teoricamente, com o deputado Nelson Buffara. V. Exa. disse que discordava, porém no decorrer de seu aparte afirmou que existem falhas.

Se V. Exa. permitir quero dizer que estou aqui para aplaudir o Presidente da República mas também, com todo o respeito, aqui estou para criticar. Como todos sabem todos os Governos ultimamente têm, no que se refere a política do café, feito tudo para acertar, mas até agora não acertaram, pois a política adotada não tem sido a correta.

Uma das coisas que está errada é o IBC enviar para Pernambuco mudas de café. O Instituto Brasileiro do Café não faz arrecadação nenhuma nos Estados do Norte, em Pernambuco e no entanto manda para lá divisas, dinheiro, mudas, faz investimentos, então nós devemos com todo o respeito, criticar, sugerindo soluções sobre o que pretendemos fazer.

O sr. **Maurício Fruct** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria de fazer uma pergunta, se V. Exa. pudesse responder. O problema do pequeno agricultor, do pequeno plantador de café, do médio plantador de café, do grande plantador de café, daquele que beneficia o café, daquele que comercializa o café no mercado interno, daquele que exporta o café, enfim, de todos aqueles que estão vinculados com o problema café, e consequentemente, sob a orientação e supervisão e até às exclusivas determinações do IBC todos, sem exceção, tecem críticas e não estão satisfeitos com a política adotada pelo IBC. A pergunta que faria é a seguinte: existe alguém satisfeito com a política do IBC?

O SR. PAULO POLI — Sempre aquilo que nos é confiscado, nunca a parte que se sente ofendida está satisfeita. Mas o IBC tem procurado ultimamente acertar. No momento a satisfação é esta.

Ainda não me foi possível, srs. Deputados, concluir o meu raciocínio, tendo em vista os insistentes apartes que me são solicitados.

O sr. **Nelson Buffara** — O nobre deputado Xenofonte Villanueva disse que discordava do meu ponto de vista, quando eu responsabilizava parcialmente o Governo federal, porque eu disse em parte. Mas eu entendo que na nossa situação de homens públicos que somos, como bem caracterizou o nobre deputado Xenofonte Villanueva, o nobre deputado Paulo Poli, o Paraná é Brasil, e este Estado pujante faz com que o nosso país, engrandeça. A política que não é agressiva e que deveria ser do Governo federal, no que tange ao problema café, não está sendo conduzida como nós queríamos que fosse. Nós somos os atingidos, o Estado mais atingido é o Paraná.

Como bem disse o nobre deputado Maurício Fruct, o Paraná é o maior produtor de café, exatamente. Nós entendemos que é o sustentáculo da Nação, o comércio do café. Nós entendemos que o Governo federal quando

mandava para Londres, naqueles acórdos firmados em Londres, acórdos internacionais, os nossos homens que para lá se dirigiam não eram suficientemente tarimbados, não estavam à altura de dialogar com os "cobrões" dos Estados Unidos, da Colômbia, da África em fim nós sempre sofremos reveses em Londres, sr. Deputado. E é em consequência disso, em função da má posição que o Brasil adotou em Londres nos últimos dois anos, que estamos nesta situação calamitosa de hoje, sofrendo as amarguras dos homens que estão ocupando esta posição de relêvo. E nós não somos culpados, porque o sr. Presidente da República não escolhe homens nossos, nós não temos absolutamente condições de impor nada. Ele deveria dar ao Paraná, o maior produtor de café, cargos de relevância, para que pudessemos alcançar os nossos objetivos. Porque se nós protegêssemos o que é nosso, ipso-facto, protegíamos o que é do Brasil, que é o maior produtor de café. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. aborda o assunto com bastante propriedade. E V. Exa. foi até de certa forma muito delicado, porque não teceu detalhes quanto a nossa representação no exterior para tratar do assunto relacionado com o café. Eu iria além, nobre Deputado, nos meus protestos, quantas vezes disse nesta Casa de Leis, quando seguiam para o exterior, grupos de homens credenciados pelo IBC, para tratar deste assunto de suma importância para o nosso País. Entretanto, observávamos nobres Deputados, que as despesas feitas com estas viagens, pelo que tivemos conhecimento, eram verdadeiras excursões de milionários. E quantas bailarinas, quantos homens que nem de longe conheciam o café; quantos homens que nunca viram sequer um pé de café, estavam incluídos na comitiva. O Brasil dava escândalos mundiais, com suas comitivas, pela riqueza e pelo esbanjo que faziam no exterior, nossos representantes enviados pelo IBC. V. Exa. tem muita razão. Este assunto jamais foi abordado com tanta seriedade. A verdade é que o IBC sempre nadou em dinheiro, arrancado dos produtores, dos cafeicultores e empregou muito mal este dinheiro. Deve saber V. Exa. que o IBC tem verbas fabulosíssimas, de bilhões de cruzeiros velhos, que deviam ser aplicadas em propaganda no exterior, do nosso principal produto e, estas verbas, não dependem da prestação de contas. Vejam nobres Deputados, a gravidade disto que afirmamos. Daí este interesse dos dirigentes do IBC em agradar todo o mundo, dando a impressão que assim teriam que proceder, para comandar melhor a sua panela, o que sempre correu dentro do IBC. Esta é a verdade.

O sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O nobre Deputado vem abordando, na realidade, um dos grandes problemas que afetam a lavoura cafeeira principalmente aqui neste Estado, este grandioso Paraná. Falando sobre o IBC, o nobre deputado Paulo Poli me faz recordar ainda quando de 1.964, 65, 66, houve a erradicação do café; tirando-se e destruindo-se lavouras que hoje poderiam estar em plena produção. Mas, nobre Deputado, veja, por exemplo, o descuido técnico, em que o Instituto do Café, como uma autarquia, tem deixado a lavoura cafeeira. Como exemplo já citamos uma região, a de Paranavaí, onde a lavoura está já exterminada. E para cada mil pés de café que vai se arrancando, são mudanças que vão se jogando à beira das estradas, transformando os seus conos em "bóia fria".

E, como falava o deputado Maurício Fruct, da antecipação do preço, que tantos Deputados desta tribuna, como eu, falamos, e aqueles que foram ao congresso do Café, em Espírito Santo; e os TELEX enviados ao sr. Presidente da República e ao Ministro da Indústria e comércio, tudo se transformou em silêncio. Aí está a colheita da lavoura; o café sendo comercializado e o pobre lavrador esquecido pela autarquia que gasta tanto nos Estados Unidos, em Washington, em Beirut, em Paris e em todas as capitais do mundo, onde se comercializa, levando apenas a propaganda enquanto a lavoura que produz estas divisas, estes recursos para a Nação, está sendo

esquecida, tanto na produção, como também esquecido está o homem que produz, que por ele tanto luta, sem recursos e sem esperanças, porque nem esta antecipação de preços lhe é concedida.

Há pouco, o deputado Xenofonte Villanueva dizia que nós somos responsáveis também, porque somos autoridade. Mas o IBC é autônomo, com seu Presidente, com seus técnicos, e deveria ver antes que nós, a necessidade do homem da lavoura, principalmente na produção da cafeicultura brasileira.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa. Vamos retornar ao motivo que nos trouxe a esta tribuna, no que se refere às 200 milhas marítimas, como vêem os nobres Deputados, o trustee americano, os grandes comerciantes americanos, conhecem a complexidade e a delicadeza deste problema em que se está colhendo nosso principal produto de exportação. Estão aqueles homens de empresa, em seus legítimos papéis, defendendo seus interesses comerciais.

Mas, nobre Deputado, entendo que a proposição que devemos fazer através de requerimento a esta Casa, que a situação com toda essa gravidade deve ser abordada pelo Presidente da República com muita coragem, porque se nos assemelha a um tumor que só terá que arrebentar, terá que ser extirpado, e terá que ser cortado. E o homem indicado para extirpar este mal é o atual Presidente da República. Claro que consequências advirão, as ameaças poderão talvez chegar às vias de fato, mas é chegado o momento de tomarmos uma posição definitiva.

Está de parabéns o presidente Emilio Garrastazu Médici. Deve manter, de fato, como vem mantendo, a sua posição no que tange às 200 milhas submarinas e não se intimidar com os "trustes", autoridades, parlamentares americanos quando falam em política de sanções. Porque, se sanções querem aplicar, também poderemos aplicá-las com relação às finanças. Quantos bancos, quantos grupos americanos têm aqui usufruído de nosso País, de nossas divisas... Medidas práticas poderiam ser adotadas até em nosso regime democrático, para defender a soberania nacional.

Dai a delicadeza do instante que atravessamos; daí a nossa preocupação em virmos à tribuna previamente para anunciar que aqui voltaremos para submeter à apreciação da Casa requerimentos, através dos quais, se aprovados, iremos sugerir medidas para a solução deste problema.

Por exemplo, no instante em que se procura mandar mudas para Pernambuco, como disse o deputado Mauricio Fruct em seu aparte, deveríamos reter estas divisas, este dinheiro para enfrentar esta crise que se aproxima e dizer o IBC ao nosso produtor, ao nosso chafeicultor, que ele garante o preço, comprando o produto e comercializando com outros países, até além da Cortina de Ferro. Porque o Brasil é, de fato, um país essencialmente democrático e, de fato, na América do Sul, o berço da democracia, como são os Estados Unidos o berço da democracia na América do Norte. No entanto, os países da América do Norte, principalmente os Estados Unidos, negociam com todo o mundo, mesmo além da Cortina de Ferro. Por que não podemos também negociar? É chegado o momento de enfrentarmos este desafio, de enfrentarmos estas ameaças porque está em jogo a própria soberania nacional e, como brasileiros, como paranaense, não poderia eu silenciar diante desta crise, destas afrontas, destas ameaças que, sabemos, não são oriundas do Governo americano, mas de dois ou três Parlamentares que fariam melhor se ficassem em suas residências, se vissem seus mandatos cassados porque Parlamentares que sabem a importância que o Brasil representa na política da democracia da América do Sul, não poderiam sugerir represálias contra o maior aliado que têm os Estados Unidos, que é nosso querido Brasil.

O sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Saiba o nobre Deputado que neste instante ocupa esta tribuna fazendo este maravilhoso pronunciamento que, assim como este Brasil conseguiu a sua

liberdade há muitos séculos passados, também na França surgiu o direito do homem, o direito humano após a derrubada da Bastilha, quando sumiu a guilhotina. E assim outros países, como os Estados Unidos e até o Brasil, quando de sua independência por D. Pedro I. E agora está aí, o segundo homem, a quem muito admiro também, Presidente Médici, que há de dar o grito da independência dos Estados Unidos, porque vivemos debaixo do "trust" desde 1901, quando do início do primeiro plantio do café no Brasil. Agora está na hora da independência do café e das 200 milhas. Obrigado.

O SR. PAULO POLI — Veja, nobre Deputado, que pelas estatísticas que conhecemos, temos em estoque 18 milhões de sacas de café. E a exportação prevista, segundo a cota concedida, é de 26 milhões; a safra prevista é de 20 milhões. Portanto, como observamos, o nosso estoque vem baixando de ano para ano, e irá, agora, para 12 milhões, num decréscimo muito grande.

Não vejo porque o IBC tenha receio, como muito bem disse o nobre deputado Xenofonte Villanueva, de tomar uma atitude agressiva no que tange ao mercado do café.

Portanto, aqui estamos, neste instante, para deixar registrado nosso ponto de vista e nosso aplauso total ao senhor Presidente da República, no que tange às 200 milhas marítimas. E em outras oportunidades, ocuparemos, novamente, esta tribuna, para, através de requerimentos, que serão apreciados pela Casa, oferecermos sugestões que, segundo nosso entendimento, irão amenizar esta grave situação.

Era só, sr. Presidente, srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de Plenário de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, que necessita de apoio. **Apoiado.**

Emenda de Plenário, n. 2, de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira. **Apoiada.**

Emenda n. 3, de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira. **Apoiada.** As emendas, devidamente apoiadas, serão anexadas ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletins avulsos distribuídos aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 95-50, passa a integrar a 43a. Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, o Município de Palotina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 95-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Passa a integrar a 43a. Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, o Município de Palotina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-71

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente; Maurício Fruct —

Relator; Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 130-70, de cria duas Inspetorias de Ensino, com sedes em Rondon e Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 130-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante Decreto, duas Inspetorias Regionais de Ensino, cujas sedes serão fixadas em Rondon e Cidade Gaúcha.

§ Único — A Inspetoria Regional de Ensino sediada em Rondon terá jurisdição, ainda, nos municípios de Indianópolis e Guaporema; e a de Cidade Gaúcha nos municípios de Tapira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão:

No inciso I, dois de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

No inciso III, dois de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C e

No inciso IV, dois de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de Junho de 1971.

Presidente

Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 104-70, de autoria do dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Ao referido Projeto foi apresentado requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, solicitando adiamento da discussão do referido Projeto, a fim de ser encaminhado à Secretaria de Educação e Cultura para receber parecer técnico. Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, parece que o requerimento não cabe aqui, porque o Projeto está em regime de urgência, em 2.ª discussão. Não pode ser tirado da Ordem do Dia, para ser ouvida uma Secretaria, numa atribuição que é exclusiva da Assembléia.

Votarei contra o requerimento, em que pese o respeito que merece o nobre subscritor do mesmo. Este Poder não pode ficar jungindo a outro Poder. A Casa vota matéria, que já passou pelas Comissões depois o Governador vetará, se for contrário aos interesses do Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não pretendemos contrariar o ponto de vista defendido pelo deputado Erondy Silverio mas, ainda, recentemente, nesta Casa discutiu-se e aprovou-se veto governamental em que o principal fundamento do veto era a inexistência de pronunciamento do órgão do Poder Executivo interessado no assunto.

O projeto de lei que, em boa hora, o deputado Paulo Poli ofereceu, criando a Inspetoria Regional de Ensino em Arapongas, é assunto que envolve, em nosso entendimento, preceito de ordem técnica educacional.

A fim de que não possa futuramente ser fundamento de veto a inexistência de pronunciamento da Secretaria de Educação e Cultura com referên-

cia a este projeto, é que tivemos nossas vistas voltadas para a necessidade de ser ouvida a Secretaria de Educação.

Não se trata, em absoluto, de subordinação do Poder Legislativo ao Poder Executivo que neste caso, no nosso entender, funciona entrosado no sentido da administração pública.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao nobre Deputado que no encaminhamento de votação não são permitidos apartes.

O SR. MUGGIATI FILHO — O deputado Erondy Silvério me dará o prazer de, no encaminhamento de votação, defender o seu ponto de vista.

Não é querer ser mais realista do que o Rei mas, apenas, dar mais substância ao projeto, de vez que, embora esteja em regime de urgência, não se trata de matéria urgente a criação desta Inspeção Regional de Ensino.

Existem nesta Casa elementos mais credenciados do que eu no entendimento da matéria, inclusive um ex-Secretário de Educação dos mais ilustres.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Obrigado!

O SR. MUGGIATI FILHO — ... que por certo haverão de me corrigir se estiver eu, neste instante, fugindo à verdade do fato concreto.

Esta Inspeção não representa assim de tanta urgência, para falar com franqueza uma vez que, segundo me consta, a Secretaria de Educação está elaborando um plano de distribuição de Inspeções Regionais de Ensino.

O nobre deputado Xenofonte Villanueva, é representante do município de Rolândia, município vizinho, tenho para mim que o município de S. Exa. está subordinado à Inspeção de Cambé, assim como Grapongas, e segundo me parece não há dificuldade alguma no encaminhamento desses assuntos, ou se existe não são de tal monta que providências desta natureza não devem ser realizadas.

De modo que o intuito é apenas este, o de consubstanciar o projeto, embora em regime de urgência, com um fundamento, que será um fundamento a menos para ser vetado. Era isto. O Plenário acredito que decidirá, como sempre, com sábia justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Como não pudemos oferecer apartes na brilhante justificativa feita desta tribuna pelo eminente deputado Muggiati Filho ao seu requerimento, queremos dizer das razões pelas quais votaremos contra o requerimento. São três as razões:

Primeira, porque o projeto é de autoria do ex-deputado Abrahão Miguel, que por 4 anos representou com brilhantismo e alto espírito público, aquele município neste Poder Legislativo. Hoje, S. Exa. não é mais Deputado, mas para mim o projeto é válido, porque ele representava a vontade dos seus munícipes.

Em segundo lugar, porque não acho correto, nem acho justo, que os poderes sendo independentes, tenha que esta Casa subordinar-se a um pronunciamento de um Secretário de Estado, do próprio Governador ou de um diretor de Departamento, a um projeto que por aqui tramita e que diz respeito aos interesses da gente paranaense. Admitamos, diz o nobre deputado Muggiati Filho, que não há uma subordinação, que os dois poderes devem ser irmanados, devem trabalhar entrosados. Mas admitamos, que o sr. Secretário de Educação, por razões próprias ou pessoais, por interesse do próprio município paranaense, informe na consulta que fazemos, porque esta Casa a fará a S. Exa., informe de que não há condições para criar a mencionada Inspeção, que é contrária aos interesses do ensino. Então, nobre Deputado, como ficará, a oposição desta Casa. É a pergunta que eu faço. E assim mesmo vai votar favoravelmente à matéria? Se não votar, está se subordinando indevidamente, a um outro Poder, a um Poder menor do que o Poder Legislativo. Portanto, é uma subordinação que a Casa não deve nunca

aceitar, é um precedente perigoso para esta Casa. S. Exa. o sr. Governador do Estado vota a lei, se ela contrariar os interesses do Estado, esta Casa também, soberanamente, apreciará o veto, aceitando ou não, se as razões do veto não forem claras, precisas e que convençam a maioria desta Casa.

Em terceiro lugar, o artigo 177, parágrafo único do Regimento Interno da Casa, é bem claro quanto as matérias em regime de urgência. Talvez a Mesa possa atender para ultimar uma providência que faltar num projeto em regime de urgência. Talvez a Mesa possa conceder uma retirada da pauta por 48 horas. Mas eu pergunto, se em 48 horas, o sr. Secretário de Educação, que não tem demonstrado pressa alguma, na condução dos negócios daquela Secretaria de Estado, responderá a esta Casa? Não, absolutamente não. E como esta Casa não ficará ridicularizada perante a opinião pública? Portanto, eu vou votar, o meu voto é pessoal, mas repito, vou votar pela admiração e pelo respeito que tenho pelo eminente deputado Muggiati Filho. Mas votarei contra o requerimento, porque como disse, ele a meu ver fere à soberania desta Casa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o nobre deputado Erondy Silvério, na tentativa do aparte, e no encaminhamento da votação, fotografou por assim dizer, como evidente que é, o nosso raciocínio, o nosso pensamento.

Porque vejam, srs. Deputados, existem nesta Casa, Comissões Permanentes, Comissões Técnicas, como existe a Comissão de Instrução Pública, como existe a Comissão de Finanças e outras para apreciar o assunto.

Este Projeto, muito embora em regime de urgência, tem o parecer favorável das Comissões Técnicas que falam pela Secretaria de Educação, seria uma expressão até deselegante, mas nós seríamos diminuídos em nosso poder, se nós, após termos ouvido o parecer de uma das Comissões técnicas da Casa, acatassemos este requerimento, enviando este Projeto à Secretaria de Educação. O precedente, srs. Deputados, seria ruim, porque amanhã quando passar por esta Casa um Projeto de Resolução que verse matéria financeira, de S. Exa. ou de qualquer dos srs. Deputados, este projeto terá de ser retirado da Ordem do Dia e submetido à apreciação do sr. Secretário da Fazenda. E então, qual seria o papel da Assembléia Legislativa e qual seria a Comissão Técnica que daria o parecer técnico, sobre aquele assunto?

Portanto, este é o nosso raciocínio, aliás, tão bem proferido pelo eminente deputado Erondy Silvério. E nós apelamos ao eminente deputado Muggiati Filho apelo que já fizemos do Plenário e fazemos agora desta tribuna, que não leve como crítica, como vontade de agredir-lo, ao votarmos contra as suas iniciativas, que às vezes são tão boas. Mas, é com desprazer que iríamos votar contra este requerimento. Mas se formos contrários, não há críticas a quem quer que seja; é uma iniciativa que tomou o sr. Deputado naturalmente em seus legítimos direitos de protelar a tramitação deste projeto.

Assim, faria um apelo ao sr. deputado Muggiati Filho, para não ver seu requerimento derrotado e ele não declare que os requerimentos de sua bancada são sistematicamente rejeitados que retire o seu requerimento.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para responder ao apelo feito pelo nobre deputado Paulo Poli, que disse que não se trata, em absoluto, de reconsiderar, mas sim é um ponto de vista. Um princípio de que em nosso entendimento a matéria é exclusivamente técnica. Não se trata de elaboração de lei. E que diz respeito à administração estadual. De modo que nós mantemos o requerimento e não será a sua rejeição em absoluto que nos colocará em choque com os pontos de vista que predominam nesta Casa.

Era isto, sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o Projeto de Lei n. 104-70. Está em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho. — **Rejeitado pela maioria.**
Em discussão o Projeto n. 104-70 e a emenda, que é a seguinte (Lê)

“EMENDA SUPRESSIVA N. 1 DE PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n. 104-70

Suprima-se do art. 1.º do Projeto de Lei n. 104-70 a denominação “Sabáudia”, ficando mencionado artigo assim redigido:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1968, a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede e jurisdição no Município de Arapongas.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1971.

a) Muggiati Filho

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Sabáudia está subordinado, presentemente à Inspetoria Regional de Astorga, perfeitamente entrosado. Embora as distâncias sejam quase as mesmas, entre Sabáudia e Astorga e Sabáudia e Arapongas, a afinidade geográfica entre os dois primeiros municípios é bem maior, principalmente no tocante à zona rural. Vale acentuar que os dois municípios se acham enquadrados no plano conjunto de eletrificação rural programada pela INCRA e pela Copel.

Data Supra.

O mesmo.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.
Em votação o artigo 1.º na forma da emenda substitutiva apresentada pelo deputado Muggiati Filho. — **Rejeitado.**

Em votação o artigo 1.º do Projeto. — **Aprovado.**

Em votação o artigo 2.º do projeto. — **Aprovado.**

Em votação o artigo 3.º do projeto. — **Aprovado.**

Em votação o artigo 4.º do projeto. — **Aprovado.**

Aprovado o projeto, rejeitada a emenda.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 231-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 27-70 — dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos produtores como contribuintes do imposto de circulação de mercadorias e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.
— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 30-71, de autoria do dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinerse de Assistência à Mulher, sediado em Londrina. — Parecer favorável da C.C.J.
— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 60-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 9-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar na Administração Indireta e Vinculada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES). — Parecer favorável da C.C.J. — **COM EMENDA — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, o projeto de lei que a Casa está apreciando, foi suficientemente debatido nas Comissões permanentes e todos os Deputados têm conhecimento do conteúdo, razão pela qual requiro que, ressalvadas as emendas, seja o mesmo votado globalmente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do deputado Erondy Silvério. — **Aprovado.**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Cândido Martins de Oliveira, para encaminhar a votação.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tivemos ocasião de, na Comissão de Constituição e Justiça, apresentar quatro emendas ao projeto de lei ora em apreciação por este Plenário. A primeira destas emendas objetivava a exclusão do artigo 2.º, do item 6.º "Serviço de Educação de Excepcionais".

Tivemos o prazer de receber o apoio da totalidade dos membros daquela Comissão, a esta emenda, pelas razões ali expedidas, isto é, de que o Serviço de Educação de Excepcionais pelos objetivos que o informam e pelas finalidades que ele tem, não poderia, sob pena de se cometer um crime administrativo, integrar uma fundação de cunho eminentemente social, visto com o próprio nome preconiza o Serviço de Educação de Excepcionais, que está num plano muito mais elevado do que o simples atendimento social. Objetiva, precipuamente, a educação daquelas criaturas que, mercê do destino, não vieram ao mundo em perfeição física, em perfeição mental, e trazem consigo aquelas excrescências que todos conhecemos.

A Comissão aprovou esta emenda. Entretanto, não tivemos o prazer de ver aprovadas mais três emendas que apresentei agora, em segunda discussão, hora própria, neste Plenário.

A segunda emenda objetivava incluir no artigo 5.º, inciso 2.º, após a palavra "fundação", as seguintes expressões: "da qual fará parte um representante do Ministério próprio a ser indicado pelo Procurador Geral da Justiça".

O artigo 5.º, do projeto, diz o seguinte: "Será obrigatória a inclusão, no estatuto da Fundação, das seguintes disposições: 1) Os bens imóveis, havidos pela Fundação, por doação... etc.

II — composição de um Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro patrimonial e contábil da Fundação..."

A minha emenda objetiva a participação nesse Conselho de uma representante do Ministério a ser indicado pelo Procurador Geral da Justiça.

Justifico minha emenda, como justifiquei na Comissão de Constituição e Justiça. A Lei de Fundação exige a participação obrigatória de um representante do Ministério, no Conselho de Diretores, ou no Conselho de Curadores.

A emenda n.º 3, de Plenário, objetiva excluir o parágrafo único ao artigo 2.º.

A emenda de minha autoria discrimina as instituições que passarão a fazer parte da Fundação. E o parágrafo único do artigo 2.º, diz: "Outras instituições, mesmo do setor privado, a critério do Governador do Estado, poderão integrar a Fundação".

Portanto, o Poder Executivo, ou S. Exa. o sr. Governador do Estado, quando entender que outras instituições devam fazer parte do Fundo de Integração e Desenvolvimento, S. Exa. encaminhará a esta Casa, solicitação para, através de lei, autorizar a inclusão dessas instituições na Fundação. O nosso objetivo é o mesmo do deputado Erondy Silvério nesta tribuna há pouco e da maioria desta Casa, quando derrubou o requerimento do deputado Muggiati Filho, isto é, a preservação dos poderes desta Casa. Tem-se dito muito neste Plenário e das Comissões, que o Poder Legislativo está praticamente esvaziado nas suas atribuições. E esse parágrafo único do artigo 2.º, vai esvaziá-lo ainda mais, porque o sr. Governador do Estado fica com o poder absoluto, perene para sempre, de integrar na Fundação qualquer outra instituição, mesmo do setor privado, a seu critério, através de um ato do Poder Executivo, provavelmente um decreto.

O que nós objetivamos, não é, em absoluto, tentar atrapalhar o planejamento administrativo do Governo, mas é preservar para a Assembléia este Poder. Assim como S. Exa. o sr. Governador do Estado para criar a FIDES recebe autorização legislativa, nada impede que S. Exa., desejando integrar a FIDES outras instituições, venha encaminhar a esta Casa uma mensagem solicitação autorização para fazer essa integração.

Porque, se aprovada a mensagem como está, se for derrubada a minha emenda, o sr. Governador do Estado, através de um ato administrativo, poderá integrar à FIDES qualquer outra instituição de caráter social, como S. Exa. bem entender ou desejar, ou for sugerido pelo sr. Secretário de Trabalho e Assistência Social.

Portanto, minha emenda objetiva apenas preservar para esta Casa o pouco de poder que ela ainda tem.

A outra emenda, trata do mesmo assunto, está vinculada a esta, caso seja aprovada a exclusão do parágrafo único do artigo 2.º, deverá também ser excluído do artigo 6.º da mensagem a expressão "e de outros organismos que passarão a integrar a Fundação".

Porque o artigo 6.º diz: O ato constitutivo, o Estatuto ou o regulamento das instituições relacionados no artigo 2.º desta lei, ou de outros organismos que passarão a integrar a Fundação, deverão ser alterados para melhor adaptá-los à entidade instituída por esta lei".

Portanto, se for aprovada a emenda que objetiva excluir o parágrafo único do artigo 2.º, ficará sem necessidade a expressão "de outros organismos que passarão a integrar a Fundação".

Essas foram as emendas que apresentei em Plenário e mais uma emenda apresentada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, que, como disse inicialmente, objetiva excluir das instituições que farão parte dessa Fundação, os serviços de educação de excepcionais.

Pediria, dos srs. Deputados, atenção sobretudo para a emenda que determina a participação de um representante do Ministério Público no Conselho de Curadores e para a exclusão do parágrafo único do artigo 2.º, que objetiva a retirada das expressões "outras instituições, mesmo no setor privado, a critério do sr. Governador do Estado, poderão integrar a Fundação".

Longe de mim a idéia de tentar atrapalhar o plano de racionalização de trabalho do setor de assistência social do Governo, que de há muito tempo vem necessitando de uma reforma para atuar da maneira que todos nós desejamos e esperamos. Entretanto, entendo que minha emenda apenas vem dar um aperfeiçoamento redacional e legal à mensagem de S. Exa. o sr. Governador do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o projeto. — Aprovado.

Em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, apresentada ao Projeto de Lei n. 60-71.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, poderia informar qual o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Lê a emenda):

"Emenda — Ao Projeto de Lei n. 60-71.

Exclua-se, do art. 2.º, o seguinte:

"IV — Serviço de Educação dos Excepcionais, criado pelo Decreto n.º 15.265, de 25 de junho de 1964".

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

(a) — Wilson Brandão".

Em votação a emenda. — Aprovada.

Em votação a emenda de Plenário, de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, que é a seguinte: (Lê):

"Emenda n.º 1 de Plenário.

• Ao Projeto de Lei n.º 60-71.

Exclua-se do art. 6.º, a expressão:

"ou de outros organismos que passarem a integrar a Fundação".

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira".

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. — Rejeitada.

Em votação a emenda de Plenário, de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, que é a seguinte: (Lê):

"Emenda n.º 2 — de Plenário ao Projeto de Lei n.º 60-71.

Art. 5.º, inciso II, após a palavra Fundação acrescente-se o seguinte:

... "do qual fará parte um representante do Ministério Público a ser indicado pelo Procurador Geral da Justiça".

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira".

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. — Rejeitada.

Em votação a emenda de Plenário, de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, que é a seguinte: (Lê):

"Emenda n.º 3 — de Plenário ao Projeto de Lei n.º 60-71.

Exclua-se do art. 2.º, o parágrafo único que diz:

"Outras instituições, mesmo no setor privado, a critério do Governador do Estado, poderão integrar a Fundação".

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira".

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. — Rejeitada.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 17-69, autorizando a Comissão Executiva a promover através de Decreto Legislativo a reorganização dos serviços da Secretaria da Assembleia. — Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo Geral e Emenda da Comissão Executiva. — Em Regime de Urgência.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 17-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — A Comissão Executiva autorizada a promover, através de Decreto Legislativo, a reorganização dos serviços da Secretaria da Assembleia Legislativa, realizando as alterações estruturais dos órgãos que a compõem.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1969

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Alencar Furtado — 2.º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A reorganização dos serviços da Secretaria da Assembleia Legislativa é medida urgente e que se impõem face às alterações advindas com a supressão da Sub-Diretoria Geral e a criação das partes, permanente e suplementar, do Quadro de Pessoal (Resolução n. 2-69 de 17-4-69).

Assim há que se realizar as alterações estruturais dos diversos órgãos da Secretaria, de molde a enquadrá-los às normas ora vigentes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n. 17-69

Autor: Comissão Executiva

Súmula: "Autoriza a Comissão Executiva a promover, através de Decreto Legislativo, a reorganizar os serviços da Secretaria desta Assembléia e dá outras providências.

P A R E C E R

1) — Objetiva a Douta Comissão Executiva, com o presente Projeto de Resolução, se lhe autorize a promover, através de Decreto Legislativo, a reorganização dos serviços da Secretaria desta Casa, realizando as alterações estruturais dos órgãos que a compõem.

2) — A matéria é oriunda de autoridade competente e está regulado pelo § 4.º do art. 127, da Resolução n. 11-60 (Regimento Interno).

3) — O Projeto de Resolução em exame não fere qualquer regra de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos pela sua **Aprovação**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em... de julho de 1.969.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Luiz Renato Malucelli — **Paulo Poli** — **Antônio Lopes Júnior** — **Es-
nesto Moro** — **Ovídio Franzoni**

COMISSÃO EXECUTIVA

P A R E C E R

Ao PROJETO DE LEI N. 17-69

1) — O Projeto de Resolução n. 17-69, de iniciativa dos membros de anterior Comissão Executiva, se acha agora sob reexame, para o fim de se adaptarem as suas disposições às exigências e necessidades da atual fase da vida administrativa da Assembléia Legislativa.

2) — Com efeito, desde a época da apresentação daquela proposição, em junho de 1.969, até esta data, substanciais alterações se verificaram na estrutura orgânica desta Casa, a começar pelo aumento do número de Deputados que nela têm assento, com o consequente aumento de volume de serviço, até as modificações relacionadas com a competência legislativa das Assembléias, dentro da nova ordem política implantada pela Emenda n. 1, à Constituição da República.

3) — Assim, mais do que nunca, a administração das Casas Legislativas, para solucionar as intrincadas questões submetidas à sua apreciação, deve contar com uma assessoria eficiente e de elevado gabarito.

4) — Essa espécie de assessoramento não pode ser proporcionada por órgãos eminentemente técnicos, tão somente, eis que muitos dos problemas em exame, por se revestirem de aspectos especialíssimos, não se ajustam a normas pragmáticas rigorosas, devendo ser tratados também de modo especial.

5) — Esses os motivos que nos levam a propor a criação de um cargo de Coordenador de Assistência Social, um cargo de Assistente Militar e nove cargos de Assistente de Gabinete, todos isolados, de provimento em comissão, os quais, uma vez preerchidos, possibilitarão que se sanem diversas lacunas na administração interna da Assembléia.

6) — Por outro lado, faz-se mister e urgente promover a reforma estrutural da Secretaria, modernizando os seus serviços e racionalizando o seu funcionamento, com a melhor utilização do potencial humano disponível.

7) — Dentro dessa ordem de raciocínio e para que a Comissão Executiva possa concretizar, com a maior brevidade, as medidas administrativas em tal sentido, necessário se faz que, por via de delegação de poderes, o plenário a habilite com os componentes instrumentos legais.

8) — Assim, considerando-se que hoje, a criação de cargos, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, deve ser feita por via de Projeto de Lei, sujeito à sanção do Governador do Estado, e por uma questão de economia processual, a Comissão Executiva se permite oferecer o incluso Substitutivo Geral do Projeto de Resolução n. 17-69, transformando-o em Pro-

jeto de Lei, que engloba as disposições legais que lhe permitirão adotar as medidas de reforma da máquina administrativa da Assembléia, tornando-a mais eficiente e produtiva.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1.971

aa) Wilson Fortes — Presidente

Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

Quielise Crisóstomo — 2.º Secretário

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 17-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — São criados na parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, passando a integrar a relação constante do anexo II, da Lei n. 6.119, de 29 de junho de 1970, os seguintes cargos isolados, de provimento em Comissão.

N. de Cargos	Denominação	Símbolo
1 (um)	Coordenador de Assistência Social	2-C
1 (um)	Assistente Militar	2-C
6 (seis)	Assistente de Gabinete	2-C
3 (três)	Assistente de Gabinete	3-C

§ 1.º — Os cargos de Coordenador de Assistência Social e de Assistente Militar são privativos respectivamente, de portador de diploma de curso superior e de Oficial da Polícia Militar do Estado;

§ 2.º — Os Assistentes de Gabinete exercerão suas funções nos Gabinetes de representação da Comissão Executiva e das lideranças partidárias;

§ 3.º — Os cargos de que trata este artigo são de livre provimento da Comissão Executiva, sem as restrições do artigo 7.º, da Lei n. 6.119, de 29 de junho de 1.970.

Art. 2.º — Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa investida, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, de poderes bastantes para promover, por meio de Decreto Legislativo, com força hierarquia de Resolução, a reforma estrutural de sua Secretaria e respectivo Quadro de Pessoal compreendendo alterações e a implantação de nova sistemática para os cargos e funções já existentes, inclusive quanto à denominação, atribuição e responsabilidade.

Art. 3.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1.971.

aa) Wilson Fortes — Presidente

Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

Quielise Crisóstomo — 2.º Secretário

E M E N D A

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 17-69

O Substitutivo do Projeto de Resolução n. 17-69 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — As atuais funções de Assessor e Oficial de Gabinete, existentes na composição dos gabinetes de representação da Presidência, da Primeira e da Segunda Secretarias, da Assembléia Legislativa, ficam transformadas em cargos isolados de provimento em Comissão, respectivamente de símbolos 2-C e 3-C, de livre nomeação da Comissão Executiva.

Art. 2.º — Na composição dos gabinetes de representação da Presidência, Primeira e Segundas Secretarias e Lideranças do Governo, Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro, de que trata o art.

7.º, § 2.º, do Decreto Legislativo n. 573-67, de 29 de novembro de 1.967, ficam incluídas, em cada um deles, cinco funções gratificadas de Assistente de Gabinete, de símbolo 3-F.

Art. 3.º — Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa investida, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, de poderes bastantes para promover, por meio de Decreto Legislativo, com força e hierarquia de Resolução, a reforma estrutural de sua Secretaria e respectivo Quadro de Pessoal, compreendendo alterações na nomenclatura e funcionamento dos órgãos e serviços e implantação de nova sistemática para os cargos e funções já existentes, inclusive quando à denominação, atribuição e responsabilidade.

Art. 4.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971

aa) **Wilson Fortes** — Presidente

Ivo Thomazoni — 1.º Secretário (voto vencido)

Quielise Crisóstomo — 2.º Secretário

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei n. 17-69, pelo prazo de cinco dias. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder a verificação de votação solicitada.

(É procedida a verificação)

22 srs. Deputados aprovam o requerimento. 11 srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado o requerimento.** O projeto terá a sua discussão adiada por cinco dias.

Discussão única do requerimento de autoria do sr. deputado David Ferdemann, solicitando licença para tratar de interesses particulares, a contar do dia 17 próximo. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reirhardt, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura, ao Departamento de Edificações e Obras Especiais e à Fundação de Ensino do Paraná, no sentido de que se proceda conservação e melhoria imediata, no Grupo Escolar Eleodoro Ébano Pereira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido que proceda com urgência reparos na estrada asfaltada de Maringá a Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando providências do sr. Secretário da Fazenda que se digne ordenar as medidas administrativas adequadas e urgentes, que visem pôr fim imediato a diligências fiscais policiais. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 259-70;

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei ns. 104-70; 231-70; 30-71; 60-71;

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 126-70.

Levanta-se a sessão.